



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: o caso das quebradeiras de coco babaçu.

Autora: Jascira da Silva Lima

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

prof.jascira@gmail.com

Resumo: O tema da violência contra a mulher apresenta-se como um dos principais componente nas motivações do processo de formação e organização da identidade das extrativistas do babaçu, pois através de um longo processo de observação pude perceber sua constância nos discursos das mulheres lideranças do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB, mesmo que ainda centrados na violência física. Nesse sentido tornou-se desafiador analisar a violência simbólica a qual também estão sujeitas. Ao ampliar o conceito de violência sofrido pelas mulheres quebradeiras de coco babaçu passei a compreender a condição de sujeito objeto, dependente e silenciada, tão naturalizado e compartilhado entre elas e os outros, o que considero como elemento agregador e mobilizador para a composição das identificações do grupo no MIQCB.

PALAVRAS CHAVE: Violência, Quebradeira de Coco Babaçu, Identidade.

Introdução. O principal objetivo desse artigo é apresentar como as quebradeiras de coco babaçu, militantes do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB percebem e enfrentam as situações de violência às quais estão sujeitas no contexto da luta pelo “babaçu livre”. **O percurso metodológico** para a construção desse trabalho seguiu o rigoroso processo de observação participante dos eventos do MIQCB, pois, segundo BOGDAN e TAYLOR (1975), este método possibilita interações sociais intensas entre o investigador e o sujeito, sendo o procedimento da observação participante o momento em que os dados são recolhidos de forma sistematizada. A investigação sobre as

formas de violência sofrida por estas mulheres ocorreu com uso da técnica de entrevista semiestruturada, pois, segundo SELTZ (1987), o uso desta técnica possibilita entrevistar pessoas que não sabem ou tem determinadas deficiências na leitura e na escrita, além de possibilitar a correção de enganos que não podem ser corrigidas em questionários escritos. Para problematização e análise da questão da violência utilizei BOURDIEU (1998) e CHAUI (1985). Das falas das mulheres, muitas foram proferidas nos eventos que observei, nas entrevistas que fiz, mas também no levantamento das entrevistas concedidas por elas aos meios de comunicação de massa, ou mesmo, em rodas de conversas informais, momentos de



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

descontração para elas e de apreensão de informações importantes para minhas análises. Através destas informações pude complementar, atualizar e validar dados levantados em documentos do próprio movimento. **Resultados e Discussão.** Desde 1991, as quebradeiras de coco babaçu, com a ajuda de organizações não governamentais, se organizam através do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins, regiões onde há incidência da palmeira do babaçu. Este emerge como uma organização que representa os interesses sociais, políticos e econômicos de mulheres que sobrevivem da quebra do coco babaçu. O grupo dá as mulheres à possibilidade de serem vistas e reconhecidas. (MIQCB, 2018). Ao longo de décadas estas mulheres lutam pelo reconhecimento de suas identidades culturais, o que vem lhes garantindo a conquista de direitos como acesso a terra, a produção e comercialização dos produtos do babaçu. Observei que as identidades que se manifestam no MIQCB são, por vezes, fugidias, instáveis e tem múltiplos apelos, de forma que uma mesma mulher pode ser percebida e atravessada por múltiplos e diferentes marcadores de diferenciação social com os quais se identifica. Segundo HALL (1987), na medida em que os sistemas de significação e representação cultural se

multiplicam somos confrontados com a multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente – como é característico das extrativistas do babaçu. Pois percebi que, na histórica de luta pela terra, essas mulheres vivenciam situações de violência que vão desde a negação de sua existência como sujeita, passando por atos de extrema violência física que provocam a morte. Quando mulheres de diferentes estados da federação brasileira se reúnem em um mesmo espaço é possível perceber identificar os elementos que as mobilizam, tais como a autoafirmação da identidade e do enfrentamento a violência.

“Existem as florestas de babaçu, se elas não existissem, nós não estaríamos aqui. É um equívoco de quem pensa que não existe floresta de babaçu”, argumenta dona Maria do Socorro (MIQCB do Tocantins), por ocasião da Marcha das Margaridas, no ano de 2015, quando concedeu entrevista a rádio EBC-DF em 01/06/2015, manifestando indignação e contra ponto ao argumento dos pecuaristas de que as quebradeiras de coco estariam em extinção, portanto a terra deveria ser reservada para áreas de pastagem.

Nesta mesma ocasião dona Maria do Socorro denuncia ainda que, devido ao cercamento das áreas de babaçual, as mulheres quebradeiras



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres, Políticas da Cópia

de coco sofrem situações de extrema violência, quando vão coletar coco em florestas cercadas e vigiadas por “jagunços”.

“Existe a violência das cercas elétricas, violência como um todo. É búfalo na região do Maranhão, grandes empresas em todas as regiões, porque as grandes empresas compram o babaçu, escravizam as pessoas, coloca veneno pra matar a palmeira, assim ta violentando o meio ambiente. Na época nossa, de que o babaçu tinha dono, era preso, as mulheres não podiam pegar o coco, pegar dentro das soltas, das quintas dos fazendeiros, porque eles estupravam as quebradeiras, eles tomavam o coco de tarde quando elas vinham voltando pra casa, tomavam, derramavam, vendiam, faziam tudo. A questão é que judiavam com elas. Nós temos quebradeiras que foram arrastadas pelos jagunços com corda no pescoço. A gente teve quebradeira que foi estuprada e depois morta pelos porcos na mata. Ele mesmo (estuprador) não jogou, mas lá onde ele estuprou ele deixou o corpo da mulher estuprada, aí os bichos tomaram de conta dela, quando encontraram o corpo já estava toda acabada” (Maria do Socorro, MIQCB-TO, 2015).

O tema do reconhecimento da identidade e da violência contra a mulher¹ aparecem como principais componente nas motivações do processo de formação e organização das quebradeiras de coco babaçu. Como aparece na fala de dona Socorro e reforçada por dona Francisca Machado é uma das plataformas política do movimento.

[...] O pensamento agora é capacitar as mulheres para enfrentar essas coisas da violência tanto aqui, como lá fora. O MIQCB tem suas reuniões, tem conquistas, agora a responsabilidade é maior. Nós mulher, trabalhadora, nós tem um defeito que é fazer as coisas com honestidade, de querer fazer as coisas bem feito, querer que tudo de certo. No início a gente tinha aquela ansiedade de chegar lá, agora nós estamos. Hoje a demanda é muito grande e diferente. Agora nós tem uma demanda muito grande, a responsabilidade dobra, porque agora nós já tem conquista, nos já tamo produzindo, comercializando, nós tem nosso dinheirinho [...] é cuida da saúde da mulher para que não seja estuprada. (Francisca Machado, MIQCB-PI, 2015).

¹De acordo com a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (adotada pela OEA em 1994). A violência contra a mulher é qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Devido os discursos no MIQCB sobre violência contra mulher ainda estarem centrados na violência física (visual), ou seja, naquela entendida como qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da mulher praticada com uso de força física do agressor que machuca a vítima de várias maneiras, ou ainda, com o uso de armas para bater, chutar, queimar, cortar ou mutilar, (OEA, 1994), torna-se desafiador elaborar determinada discussão que considere a violência simbólica a qual também estão sujeitas. Isso porque, segundo BOURDIEU (1998), para que a violência simbólica seja exercida pelo corpo sem coação física, causando danos morais e psicológicos é necessário que a própria vítima reconheça a imposição do dano, seja esta econômica, social ou simbólica.

Para BOURDIEU (1998), a violência simbólica se funda na fabricação contínua de crenças no processo de socialização que induzem o indivíduo a se posicionar no espaço social seguindo critérios e padrões do discurso dominante. No caso das extrativistas do babaçu, só seria possível perceber a dimensão da violência simbólica sofrida por estas mulheres na medida em que fosse possível ilustrar a forma como legitimam o discurso do dominante, seja ele o jagunço, o marido, ou, o próprio Estado. O que configurou as dificuldades para a definição

das estratégias de enfrentamento da violência por parte do movimento, como se referiu dona Francisca.

“Tinha duas coisas que eram muito difícil que era a questão do conflito e da violência. No início a discussão sobre a violência era sem rumo, sem conhecimento, e com muito medo. Porque era o marido, os filhos, então era muito difícil. As mulheres choravam porque a violência era tão grande que elas não sabiam o que era prazer. As doenças sexualmente transmissíveis eram chamadas de doença do mundo [...] Olha quantas mulheres choravam pra gente falando dessa questão da violência, ou não querendo falar o que sentiam, as mulheres não sabiam o que era prazer sexual [...]”
(Francisca Machado, MIQCB-PI).

O depoimento me ajudou a compreender que, para além das questões materiais e políticas articuladas em torno da luta pela terra, o MIQCB é um movimento de mulheres cuja dinâmica de interação, formação e compartilhamento de experiências de vida é ao longo da história, exercício com o qual puderam consolidar a autoconfiança entre elas que cria a autonomia do movimento. As histórias de violência e desigualdade partilhadas entre elas faz com que a discussão e a formação em torno dessa questão fossem problematizadas como diferenças do gênero e



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

não somente como questões sexuais (especialmente relacionadas ao prazer sexual e as doenças sexualmente transmissíveis). Em processos posteriores tornou-se para o movimento um tema de permanente reflexão entre elas, como argumenta dona Toinha:

A discussão necessária e sempre atual é a discussão de gênero. É a mulher participar da discussão, sem violência, porque apesar de anos a gente ainda encontra nas comunidades muita mulher oprimida, muitas que dizem que não vão, não participam do movimento porque o marido não deixa, ou, eu não posso ir porque meu marido não fica com os meninos. Isso ainda é muito cruel e atual e precisa continuar com a discussão (Toinha, MIQCB-MA).

A fala de dona Antônia Gomes também retoma a necessidade de ampliação da discussão sobre os diferentes tipos de violência sofrida por elas. Marilena CHAÚÍ (1985), no trabalho intitulado “Participando do Debate sobre Mulher e Violência” concebe violência contra as mulheres como resultadas de determinada ideologia de dominação masculina produzida e reproduzida tanto por homens como por mulheres. A autora define violência como ação que transforma diferenças em desigualdades hierárquicas com o fim de dominar, explorar e oprimir. A ação violenta trata o ser dominado como “objeto” e

não como “sujeito”, o qual é silenciado e se torna dependente e passivo. Nesse sentido, o ser dominado perde sua autonomia, ou seja, sua liberdade, entendida como “capacidade de autodeterminação para pensar, querer, sentir e agir”. Segundo essa concepção de CHAÚÍ (1985), violência contra as mulheres resulta de ideologia que define a condição “feminina” como inferior à condição “masculina”. As diferenças entre o feminino e o masculino são transformadas em desigualdades hierárquicas através de discursos masculinos sobre a mulher, assim, ao contrário do sujeito masculino, o sujeito feminino é um ser “dependente”, destituído de liberdade para pensar, querer, sentir e agir autonomamente. Ao ampliar o conceito de violência sofrido pelas mulheres extrativistas passei a compreender a condição de sujeito objeto, dependente e silenciada, tão naturalizado e compartilhado entre elas e os outros, o que pode ser considerado como elemento agregador na composição das identificações no MIQCB, em detrimento de outras organizações representativas do ambiente rural, como sindicatos, associações, onde são os homens (que ocupando espaços privilegiados de poder) pautam a discussão sobre relações de desigualdade do gênero. Determinada essa marcação de opressão e desigualdade que surpreende a elas mesmas, como expressou dona Francisca Machado: “...



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

a gente as vezes até fica calada, achando que tá falando demais”; elas vão articulando, criando espaços como o MIQCB, onde se fortalecem como grupo identitário, para posteriores enfrentamentos em espaços mistos (com presença de homens e mulheres).

O tema da violência física é recorrente nas rodas de conversas e cantorias das mulheres, especialmente quando estão na quebra do coco na floresta, ocasião em que fazem uma roda em torno da montanha de babaçu, como ilustra a figura abaixo.



(Fonte: MIQCB, 2015)

Enquanto quebram coco é comum entre as mulheres conversarem sobre suas vidas, contando histórias de violência, falando sobre o movimento, sobre acontecimentos na comunidade e para além dela. **Considerações.** A manifestação da identidade de quebradeira de coco babaçu sua auto-organização em torno do MIQCB possibilitou as mulheres extrativistas problematizar e enfrentar as questões relacionadas aos diversos tipos de violência aos quais estão sujeitas.

Referências:

BOGDAN, R; TAYLOR, S (1975). **Introduction to qualitative research**

methods: a phenomenological approach to the social sciences. New York. J. Wiley.

BOURDIEU, P. (1990/1995). **A dominação masculina.** Educação e Realidade, 20(2), pp. 133-184.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **“Participando do Debate sobre Mulher e Violência”.** In: Franchetto, Bruna, Cavalcanti, Maria Laura V. C. e Heilborn, Maria Luiza (org.). *Perspectivas Antropológicas da Mulher 4*, São Paulo, Zahar Editores, 1985.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade /** Stuart Hall; tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 11. ed.,1. reimp. – Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

SELLTIZ, Claire ET alii. **Métodos de pesquisa nas relações sociais.** Tradução de Maria Marta Hubner de Oliveira. 2ª edição. São Paulo: EPU, 1987.